

A crise na crítica à economia política

JORGE GRESPAN*

A importância da crítica empreendida por Marx à economia política ultrapassa o mero confronto de duas teorias distintas, que poderia levar no máximo à comparação e à avaliação de qual delas seria mais coerente ou mais apta para explicar os acontecimentos e fenômenos típicos do capitalismo. Ultrapassa mesmo o interesse em julgá-las pelo critério de sua atualidade, estabelecendo qual delas permite entender melhor as condições econômicas presentes, qual delas previu mais claramente o que ocorreu desde o século passado, ou ainda qual delas se adapta melhor às expectativas e paradigmas intelectuais hoje imperantes. Muito mais do que tudo isso, a crítica da economia política é o meio privilegiado de penetrar no íntimo da própria teoria de Marx, já que esta se constitui enquanto reelaboração e inversão do significado das suas categorias fundamentais. Nesse sentido, nunca é demais recordar o subtítulo de *O Capital* e o título de obras anteriores, em que fica tão claro esse duplo caráter da apresentação. Em vez de apenas comparar exteriormente dois corpos teóricos autônomos, portanto, incumbe reconhecer seu vínculo necessário e proceder a uma reconstituição dos elos conceituais de sua articulação, relacionando-os a cada momento ao sentido global da crítica. É o que este texto buscará realizar, ainda que dentro de seus limites inevitáveis.

O caráter constitutivo da crítica na formulação teórica de Marx é afirmado por ele mesmo, numa conhecida carta endereçada a Lassalle que vale a pena lembrar e transcrever: seu livro “é simultaneamente exposição do sistema [da economia burguesa – JG] e, através da exposição, crítica do mesmo”.¹ Em

* Professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo.

¹ Marx, K. Carta a Lassalle, 22/2/1858, Marx-Engels Werke (MEW), Berlim, Dietz Verlag, 1983, v. XXIX, p. 550.

primeiro lugar, temos que a exposição é “simultaneamente” uma crítica, na medida em que é uma “re-exposição” das categorias pelas quais a economia política apreendia a sua realidade social. Em segundo lugar, é “através da exposição” que é feita a crítica: não há dois discursos na obra de Marx, um expondo suas idéias e outro criticando as anteriores; ambos os processos correm ao mesmo tempo no mesmo discurso, já que a “ex-posição” explicita inclusive as deficiências na teoria clássica e a crítica tem não só uma dimensão negativa, mas também a positiva de elaborar idéias por contraposição às criticadas. A exposição é crítica, porque mostra, sob a nova ordem das categorias no pensamento de Marx, como a anterior, dos clássicos, foi desmontada e remontada a partir de uma inversão ou alteração radical no significado de conceitos fundamentais. Por isso, a constante referência à economia política nas obras de Marx não é reflexo de um gosto de antiquário, mas constitui o ponto de partida para se entender que essa alteração ocorre pela revelação de que as contradições em que ela se achava mergulhada eram insolúveis dentro de seu horizonte teórico. É como se a crítica fosse, nesse sentido, uma autocrítica da própria economia política, correspondendo ao projeto marxiano de não dirigir a ela uma condenação exterior, mas de fazer com que ela mesma exponha suas limitações e os obstáculos que a impedem de superá-las.

Há, portanto, uma relação dialética entre a exposição e a crítica, que fica evidente no seguinte comentário dirigido a Engels sobre um livro que Lassalle escrevia àquela época: “Ele saberá, para seu prejuízo, que levar uma ciência através da crítica até o ponto em que ela pode ser exposta dialeticamente é uma coisa totalmente diferente de aplicar um sistema abstrato acabado da lógica a meras noções de tal sistema”.² Aqui Marx censura a Lassalle que ele estivesse pensando em “aplicar” a lógica de Hegel ao entendimento da economia (coisa que erroneamente alguns supõem ter feito o próprio Marx), pois desse modo conteúdo e forma da obra seriam independentes um do outro, contrariando a própria dialética. Mas o que mais interessa no texto citado é a função da crítica como requisito da “exposição dialética” de uma ciência: essa forma lógica se apresenta no processo (“levar uma ciência”) de crítica, ou seja, é a crítica que permite à exposição assumir a forma dialética. Por outro lado, não se trata de uma crítica qualquer, mas da que vai “até um ponto” determinado, a partir do qual os próprios conceitos da ciência resultam em seus opostos. Se inicialmente a crítica aparece como exterior à economia política, que é só “levada” por ela, depois desse “ponto” específico são os conceitos dela que se apresentam “dialeticamente” e a crítica se determina por seu movimento próprio. Se no primeiro sentido a “crítica” é um requisito da for-

² Idem. Carta a Engels, 1º/2/1858, MEW, v. XXIX, p. 275.

ma dialética da exposição, é para depois aparecer como consequência dessa forma mesma, isto é, do movimento em que os conceitos da economia política se desenvolvem “até o ponto” em que exigem sua própria transformação. A “dialética” surge justamente nesse movimento interno da ciência, e não da mera “aplicação de um sistema de lógica” independente dela, como pretende Lassalle no comentário de Marx. A primeira tarefa da crítica é, então, a de levar às últimas consequências as definições teóricas da economia clássica, indicando-lhes as inconsistências. A resolução destas demandará, a seguir, o surgimento de novas categorias, a mudança no significado de algumas das antigas, a desmontagem do sistema de articulações entre elas, como consequência do aparecimento de novas significações, e a remontagem do sistema conforme estas últimas.

Tais questões aparecem todas exemplarmente tratadas na crítica a Ricardo, para Marx o último grande economista político, que teve o mérito de enfrentar o problema da teoria do valor-trabalho e de corrigir alguns defeitos da teoria de Smith, ao mesmo tempo em que desenvolveu até certo ponto uma concepção crítica do capitalismo, presente em sua teoria do lucro e na da tendência à queda da taxa de lucro. Além disso, em Ricardo são claras as virtudes de toda a economia inglesa, mas também seus defeitos metodológicos, alvo de observações importantes para se entender o método do próprio Marx. Daí que este último considere a sua crítica a Ricardo como ao que havia de melhor na tradição clássica, de modo que ela pode ser vista como síntese do conjunto da sua crítica à economia política. Por esses motivos, além da evidente necessidade de circunscrever melhor o tema, o presente texto se concentrará nesta crítica, remetendo para a mais ampla quando for o caso.

Assim, na medida em que defende uma perspectiva dialética da elaboração teórica, Marx condena a ausência completa dessa perspectiva em toda a economia política. Mais exatamente, “em Ricardo, a unilateralidade vem de ele querer em geral demonstrar que as diversas categorias ou relações econômicas *não contradizem* a lei do valor, em vez de, ao contrário, *desenvolvê-las* junto com suas contradições aparentes a partir deste fundamento ou expor o desenvolvimento desse fundamento mesmo”.³ Especificamente, a “unilateralidade” se refere aqui à ênfase exagerada dada por Ricardo ao tempo de trabalho como fundamento do valor, numa abstração da qual ele é incapaz de sair para em seguida derivar a expressão do valor na troca de duas mercadorias. Tal censura, contudo, é estendida por Marx ao método de Ricardo em geral, em que conceitos de base e conceitos deles deduzidos não são distintos por uma exposição que seguisse essa ordem, mas colocados, ao contrário, num mesmo nível teórico.

³ Idem. *Theorien über den Mehrwert*, II, MEW, v. 26.2, p. 146.

Eliminam-se, com isso, as mediações do necessário desenvolvimento categorial, impedindo, por exemplo, que fenômenos visíveis e externos possam ser explicados como manifestação de um fundamento operante e íntimo. De acordo com Marx, essa deficiência se deve à dificuldade, compartilhada por Ricardo com toda a economia política, de conceber resultados que contrariem seus pressupostos, ou que passem por conceitos intermediários contraditórios. No fundo, portanto, trata-se de uma deficiência da lógica formal tradicional em que se apóiam os clássicos. A exposição só pode seguir o desdobramento completo e complexo das categorias, se se dispuser a “desenvolvê-las junto com suas contradições aparentes a partir desse fundamento”, isto é, conforme a lógica dialética. Não é o caso aqui, porém, de nos determos na consideração desse assunto amplo e complicado, que também não é o tema do presente texto. O que se deve observar, do ponto de vista metodológico, é que a forma de exposição das categorias adotada por Marx requer que estas se deduzam da própria contradição entre elas e seu fundamento. É a riqueza dos aspectos diferentes e opostos desse fundamento que se desenvolve, pela explicitação da sua oposição interna em categorias conflitantes, gerando-se um processo necessário de “ex-posição”.

Por outro lado, ele afirma que “a economia política analisou, é verdade, embora imperfeitamente, o valor e a magnitude do valor e descobriu o conteúdo oculto nestas formas. Mas também ela nunca sequer colocou a pergunta de por que este conteúdo adota aquela forma, por que o trabalho se apresenta no valor, e a medida do trabalho, conforme sua duração, na magnitude de valor do produto do trabalho?”⁴ Marx reconhece o mérito de Ricardo ao penetrar na forma da troca de mercadorias, para descobrir que a substância que torna idênticos e comparáveis os produtos de trabalho é justamente o trabalho que os produziu, e também que a magnitude desse valor dos produtos depende da quantidade do trabalho necessário para produzi-los. Ou seja, que a proporção entre os valores-de-troca seja determinada de acordo com a quantidade dessa substância que cada produto possui já antes do ato de troca. Mas ele observa que Ricardo não consegue fazer o caminho inverso, passando do lado interno do valor, seu “conteúdo oculto”, ao lado externo, isto é, ao valor-de-troca como manifestação das determinações do trabalho e de sua magnitude. O que aqui se evidencia é a dificuldade ricardiana na ex-posição, em que o desenvolvimento das categorias se ressentia da figura não-dialética da relação entre conteúdo e forma, fundamento interno e manifestação externa. Como ele concebe tal vínculo diretamente, sem mediações, parece-lhe inevitável que o conteúdo-trabalho adote sempre a forma valor-de-troca, não se perguntando pelas mediações entre ambos, pela relação específica entre eles. E isso exatamente

⁴ Idem. *Das Kapital*, I, MEW, v. 23, p. 94-5.

porque sua concepção do valor é “unilateral”, detendo-se apenas na dimensão quantitativa, sem examinar a qualitativa, ou, em outras palavras, detendo-se no que se refere ao valor-de-troca, desconsiderando o valor-de-uso. É só levando em conta ambas dimensões que se pode entender o movimento de exteriorização da oposição interna à mercadoria na relação de troca entre duas mercadorias, na qual uma aparece como se fosse simplesmente valor-de-uso e a outra como se fosse mero valor. É só apreendendo o conteúdo como um fundamento contraditório, em que se opõem valor e valor-de-uso, que se pode explicar a troca como expressão dessa oposição, exteriorizada nas duas mercadorias intercambiáveis.

Mais do que simplesmente o valor, o fundamento de que aqui se trata é o substrato do próprio valor, é o trabalho. Assim, Marx atribui a separação absoluta entre valor e valor-de-uso feita pelos clássicos a uma insuficiente apreensão de seu substrato: “No que diz respeito, porém, ao valor em geral, a economia política clássica não distingue expressamente e com clara consciência em lugar algum o trabalho, como se apresenta no valor, do mesmo trabalho, conforme se apresenta no valor-de-uso de seu produto. Naturalmente, ela faz de fato esta diferença, pois considera o trabalho ora quantitativa ora qualitativamente. Mas não lhe ocorre que a simples diferença quantitativa dos trabalhos pressupõe sua unidade ou igualdade qualitativa, sua redução a trabalho humano abstrato”.⁵ A economia política apresenta, desse modo, a diferença entre valor-de-uso e valor unicamente em função da diferença entre o aspecto qualitativo e o quantitativo do trabalho, incorrendo na simplificação de isolá-los, separando-os completamente. A relação entre eles permite justamente a objeção de Marx, que descobre, por trás da diversidade qualitativa das mercadorias, no sentido de sua materialidade e utilidade, a identidade qualitativa que possibilita a comparação das quantidades. Ou seja, ele descobre que a quantidade é de uma substância específica que as mercadorias têm em distinta magnitude – o valor. Não se pode, então, colocar de lado o aspecto qualitativo do trabalho, como algo a ser abstraído totalmente do valor, pois assim este se reduziria a mera quantidade; trata-se, isto sim, de determinar a qualidade comum que, distinta das diversas qualidades materiais, identifica as mercadorias e permite sua troca. Em vez de isolar as duas dimensões, portanto, a economia política deveria estabelecer sua relação, sem que esta fosse uma simples igualdade: para Marx, qualidade e quantidade constituem um nexó dialético no qual se diferenciam e, por outro lado, se identificam. Da mesma maneira deve-se conceber a relação entre valor e valor-de-uso, unidade contraditória que busca sempre se resolver, mas sempre se repõe sob novas formas.

⁵ Idem, *ibidem*, p. 94, nota 31.

A forma como esses resultados são alcançados permite refletir sobre a relação entre as teorias de Marx e Ricardo, sobre como o primeiro concebe um vínculo dialético entre a sua formulação da categoria de valor-trabalho e a da economia política em geral. Ele mesmo constata: “Esta dupla natureza do trabalho contido na mercadoria foi demonstrada *criticamente* primeiro por mim”.⁶ Não se trata, então, simplesmente de uma demonstração, mas de uma demonstração “crítica”: a referência aos economistas clássicos que, como Ricardo, não fazem a distinção entre as duas naturezas do trabalho, tem de se apoiar no fato de eles tematizarem a diferença entre valor e valor-de-uso, mas deve censurá-los, por outro lado, por não terem daí percebido que tal diferença já existia no próprio trabalho criador de valor e de valor-de-uso. De acordo com Marx, por terem confundido essa distinção com a existente entre quantidade e qualidade, os economistas clássicos não conseguiram entender a forma do valor, o que os impediu, daí, de deduzir as categorias decorrentes, como forma-equivalente e forma-relativa, dinheiro e mercadoria em geral.

Mas, “o motivo não é só que a magnitude do valor absorve completamente a sua atenção. Ele é mais profundo. A forma-valor do produto do trabalho é a forma mais abstrata e também a mais geral do modo de produção burguês, que por este meio é caracterizado como um tipo específico de produção social, e, com isso, simultaneamente como um tipo histórico. Daí que, se ela for tomada (*versieht*) como forma natural eterna da produção social, então se passará por alto (*übersieht*) necessariamente pela especificidade da forma-valor, portanto, da forma-mercadoria desenvolvida em seguida em forma-dinheiro, forma-capital etc...”.⁷ A “forma” a que esse texto se refere não é a que o valor assume na dedução categorial, mas o próprio valor como forma social do trabalho contido nas mercadorias. A dificuldade de Ricardo de deduzir aquelas formas-valor antes mencionadas, como a relativa ou a equivalente, decorre desta outra, mais profunda, em conceber o valor como algo historicamente específico, não natural. Mas é impossível concebê-lo assim se se define o fundamento do valor como trabalho apreendido somente em sua dimensão quantitativa. Qualitativamente, porém, o valor se determina como forma social assumida pelos produtos do trabalho realizado em condições mercantis e capitalistas, e não como um atributo material-natural inerente ao trabalho em qualquer situação histórica. A crítica de Marx, portanto, concerne à incapacidade de os economistas clássicos perceberem a dimensão historicamente determinada do valor e do trabalho na sociedade mercantil-capitalista, acredi-

⁶ Idem, ibidem, p. 56.

⁷ Idem, ibidem, p. 94-5, nota 32.

tando que, ao contrário, o trabalho é sempre igual e cria naturalmente valor, como se fosse por uma propriedade material sua. A distinção do duplo caráter do trabalho em Marx tem a ver, então, com sua crítica constante à economia política por esta conceber seu objeto como coisa a-histórica, eterna, universal. Daí que as formas subseqüentes – dinheiro, capital – não sejam desenvolvidas pelos clássicos a partir da forma-mercadoria, sendo definidas também como objetos naturais presentes em qualquer tipo de sociedade.

O problema da incapacidade dos economistas em estabelecer a relação entre a forma-mercadoria e as demais formas-valor mencionadas, porém, decorre da sua dificuldade em definir precisamente já aquela primeira forma, reduzida aliás até hoje em seu jargão ao termo “bem”. Essa confusão tem graves conseqüências, como observa Marx: “‘Produtos’, diz Ricardo seguindo Say, ‘são sempre comprados por produtos ou serviços; o dinheiro é só o meio pelo qual a troca é realizada’. Aqui, portanto, primeiro se transforma a mercadoria, na qual existe a oposição entre valor-de-troca e valor-de-uso, em mero produto (valor-de-uso) e, daí, a troca de mercadorias em mera permuta de produtos, meros valores-de-uso”.⁸ Ao não definir o valor como forma social historicamente específica, escapa de Ricardo que também a mercadoria tenha uma tal determinação: do mesmo modo que os demais economistas clássicos, para ele a mercadoria se define como produto de um trabalho humano universal, realizado em qualquer situação social. É Marx que distingue a particularidade da forma-mercadoria, como produto para o mercado, que não existe sempre, mas apenas sob certas condições históricas. Ricardo, porém, não faz essa distinção e considera a mercadoria como simples valor-de-uso, abstraindo o valor-de-troca e com isso sendo incapaz de estabelecer a relação da mercadoria com o dinheiro. Assim como toda a economia política, ele repudia a perspectiva mercantilista de que o dinheiro é algo especial, intrinsecamente diverso da mercadoria, adotando a posição inversa, de que o dinheiro é simplesmente idêntico à ela. Em Marx, por outro lado, mercadoria e dinheiro não são nem meramente diferentes, nem somente idênticos; há uma relação de oposição entre ambos, por sua vez exteriorização da oposição interna à mercadoria, que faz a forma-dinheiro se “deduzir” dialeticamente da forma-mercadoria.

Mais ainda, a oposição entre as duas formas se desdobra numa nova oposição, conforme se passe da mercadoria ao dinheiro – venda – ou do dinheiro à mercadoria – compra, diferença também não percebida por Ricardo, porque o intercâmbio de mercadorias é confundido com “mera permuta de produtos”, sem mediação de dinheiro, aliás, para ele, idêntico à mercadoria. No

⁸ Idem, *Theorien über den Mehrwert*, II, p. 501.

quadro dessas oposições, Marx assim explica as crises: “nos momentos em que todas as mercadorias são invendáveis [...] há de fato mais compradores do que vendedores de uma mercadoria, o dinheiro, e mais vendedores do que compradores de todo outro dinheiro, as mercadorias”.⁹ A distinção dialética de dinheiro e mercadoria permite entender por que em certos momentos todos querem obter a expressão universal do valor – o dinheiro – para poder comprar os valores-de-uso que lhes satisfaçam as necessidades de consumo; e também por que todos querem se desfazer das mercadorias que produziram, pois não as produziram para o próprio consumo e sim para vender. Aparece aqui, em primeiro lugar, a distinção entre produto e mercadoria, isto é, entre produzir para si e produzir para o mercado, já que, se fossem meros produtos, as mercadorias não necessitariam ser vendidas. Aparece aqui também a diferença entre mercadoria e dinheiro, contrariando a identidade aí vista pelos economistas clássicos e afirmando-se o caráter de expressão universal do valor, pelo dinheiro, e o de expressão geral do valor-de-uso, pela mercadoria. Aparece aqui, finalmente, a distinção entre compra e venda, pois ambas não se realizam simultânea e proporcionalmente como ação e reação, havendo, ao contrário, uma pressão maior para comprar do que para vender mercadorias.

Ao contrário, “em Ricardo também é básica a proposição de James Mill, examinada por mim, do ‘equilíbrio metafísico de compras e vendas’ – um equilíbrio que vê apenas a unidade mas não a separação no processo de compra e venda”.¹⁰ A economia política afirmava a proporcionalidade necessária entre compras e vendas, decorrente dos pressupostos de identidade entre dinheiro e mercadoria ou entre mercadoria e produto, como vimos. Essas identidades, porém, constituem uma perspectiva “unilateral” da relação entre os objetos considerados, resultando num quase postulado de equilíbrio entre compra e venda. Levando em conta, por outro lado, que a identidade naquelas relações é dialética, então ela se determina na oposição entre os termos, em que é igualmente fundamental a sua diferença. É a desconsideração da diferença por Ricardo que o leva a endossar a tese do equilíbrio de James Mill, como se vender e comprar fossem um mesmo ato realizado simultaneamente por duas pessoas distintas, como se uma delas não pudesse reter o dinheiro em suas mãos por algum tempo, não comprando mercadorias imediatamente após ter vendido a que ela mesma produziu. A existência do dinheiro, portanto, ou seja, a impossibilidade de reduzir o intercâmbio de mercadorias a escambo de produtos, significa que a distinção entre compra e venda se manifesta efetivamente como “separação no processo” real da passagem de uma fase à outra. O

⁹ Idem, *Zur Kritik der Politischen Ökonomie*, MEW, v. XIII, p. 78.

¹⁰ Idem, *Theorien über den Mehrwert*, II, p. 504.

desequilíbrio possível entre as magnitudes de compra e venda configura, portanto, tal “separação” e constitui já uma crise econômica.

De fato, retomando a oposição entre compra e venda, Marx diz: “Se a compra e a venda – ou o movimento da metamorfose da mercadoria – expõe a unidade de dois processos, ou melhor, o percurso de um processo por duas fases opostas, sendo assim a unidade de ambas as fases, ela é igualmente a separação destas mesmas e sua autonomização uma diante da outra. [...] Mas, como elas se co-pertencem, a autonomização dos momentos co-pertencentes só pode *aparecer* violentamente, como um processo destrutivo. É justamente a *crise*, na qual sua unidade se verifica, a unidade dos diferentes”.¹¹ Pela clareza com que se expõem dialeticamente as proposições desse texto, devemos analisá-lo com algum detalhe. O “percurso” da circulação de mercadorias é chamado de “metamorfose” por Marx, com a troca das formas-valor, dinheiro e mercadoria, que caracteriza a compra e a venda. O movimento completo da circulação determina cada fase como momento do processo total, de modo que cada uma se define pela relação com a outra: cada fase determina o que a outra é – incluindo-a em si – mas negativamente, ou seja, como sendo aquilo que ela mesma não é; e assim cada fase é definida pela outra, mas como seu oposto – incluída na outra e excluindo-se desta por oposição. A venda se define por referência à compra, mas como seu contrário; e vice-versa. A própria unidade das duas fases as determina como diferentes e relativamente autônomas, permitindo que se separem e que o processo global da circulação se interrompa.

Mas a crise não é simplesmente essa separação e autonomia da venda e da compra, e sim o inverso. Por isso, o raciocínio de Marx prossegue: “Os economistas que negam a crise insistem, portanto, só na unidade destas duas fases. Se elas fossem apenas separadas, sem serem uma, então não seria possível o estabelecimento violento de sua unidade, a crise. Fosse elas apenas uma, sem ser separadas, então não seria possível uma separação violenta, que novamente é a crise. Ela é o estabelecimento violento da unidade entre momentos autonomizados e a autonomização violenta destes, que essencialmente são um”.¹² A autonomização das “metamorfozes” não decorre por elas serem distintas por princípio, e sim porque se opõem, isto é, porque estão numa relação que as une simultaneamente separando-as. Por isso, quando se afirma pela interrupção do percurso da circulação normal, a autonomia contradiz a unidade na qual se baseia; e a crise é a manifestação real dessa contradição. A crise não se define, assim, simplesmente pela diferença e separação de venda

¹¹ Idem, *ibidem*, p. 501-2.

¹² Idem, *ibidem*, p. 514.

e compra, mas pela unidade íntima e necessária deles, que se explicita pela impossibilidade de sua autonomia plena. Daí nela se “verificar” ou “estabelecer violentamente” a unidade e não a distinção dos dois momentos. Só que é uma unidade contraditória que determina a autonomização daquilo por ela unido, negando a si mesma.

Nessa nova forma de pensar as categorias econômicas, a afirmação da unidade das determinações não implica excluir sua diferença, como em Ricardo. Ao contrário, a unidade final resulta de sua passagem pela mediação da diferença, da afirmação da co-pertinência dos momentos que se autonomizam devido à própria co-pertinência. Como “verificação” ou realização da unidade dos diferentes, a crise é o instante em que se explicita a contradição fundamental do capitalismo, e seu conceito é o que revela a apreensão desse sistema como constituído por essa contradição. Essa primeira definição de crise, já na esfera da circulação simples de mercadorias, passa totalmente despercebida de Ricardo, por sua adesão à proposição de “equilíbrio metafísico” entre compras e vendas e sua insuficiente distinção entre dinheiro e mercadoria, como vimos. E já neste ponto se exerce a crítica de Marx a ele, superando sua “unilateralidade” por meio de uma perspectiva dialética. Pode-se começar a perceber, então, a relevância do conceito de crise nesta crítica da economia política, pois a crise é a manifestação real do caráter contraditório do capital, de modo que seu conceito implica uma total reformulação também no conceito deste último. Mesmo em Marx, contudo, o próprio significado da crise é limitado, nesse nível da exposição das categorias, a uma simples possibilidade de interrupção da circulação mercantil, sem que se possam determinar as condições de sua efetivação.

Para tanto, a exposição deve avançar, explicando a situação histórica em que a fonte mesma do valor – a força de trabalho – se torna mercadoria, passando a circular por fases de compra e venda, trocando-se por dinheiro-salário. Não é preciso, certamente, reconstituir aqui essa tão conhecida explicação de Marx. O que é interessante enfatizar é sua concepção dialética da relação de capital e trabalho assalariado, em que o primeiro rebaixa o segundo a momento de uma totalidade composta por ele, capital; mas, ao mesmo tempo que assim o inclui em si, também o exclui de si, opondo-se como trabalho objetivado ao trabalho-sujeito da criação de valor. Novamente neste ponto, ele aponta confusões na concepção ricardiana do capital: “Em vez do *trabalho*, ele deveria ter falado da *força de trabalho*. Mas, com isso, o capital teria se apresentado como as condições materiais de trabalho, que se defrontam ao trabalhador como processo autonomizado. E o capital teria logo se apresentado como *relação social determinada*. Para Ricardo, ele se distingue apenas como trabalho acumulado, do trabalho imediato. E é uma simples coisa, simples elemento no *processo de trabalho*, do qual a relação do trabalho e capital, salá-

rios e lucros, jamais pode ser desenvolvida”.¹³ A “força de trabalho” é a mercadoria em que se converteu o trabalho despojado dos meios de produção pelo capital, numa “relação social determinada” historicamente, não vista por Ricardo. Por isso, o capital permanece para ele como “simples coisa”, “stock” de instrumentos de produção usados sempre, independentemente das condições sociais específicas desse uso. Mas desse modo Ricardo não pode conceber que o capital seja uma relação social, e mais, uma relação definida pela polaridade contraditória entre o próprio capital e a “força de trabalho”.

Nessa mesma passagem, contudo, pode-se perceber o ponto que Marx considera positivo na formulação ricardiana, isto é, que o capital é “trabalho acumulado”, produto do trabalho, portanto. Daí que Ricardo, ao contrário de Say e dos economistas chamados por Marx de “vulgares”, não tenha admitido que o capital fosse fonte autônoma da criação de valor, sendo o lucro a sua remuneração. O problema que ele enfrentou, então, era o da distribuição do valor total produzido entre o salário do trabalhador e o lucro do capital. Mas esta limitação do seu problema expõe, por outro lado, o que ele deixou de lado: “Ricardo não se ocupa jamais da origem da mais-valia. Ele a trata como uma coisa inerente ao modo de produção capitalista, a forma natural da produção a seus olhos”.¹⁴ Sem pensar o vínculo entre capital e trabalho assalariado enquanto relação social contraditória, o problema do lucro é mal formulado e respondido por Ricardo, de acordo com Marx. Sem pensar o trabalho assalariado a partir da oposição polar para com o capital, ele não percebe a distinção entre força de trabalho e trabalho. Daí que, apesar de ter indicado a diferença entre o valor criado pelo trabalho para o capital e o valor da força de trabalho, ele não deduza o conceito de “mais-valia” e não defina claramente aquela diferença como uma taxa de exploração do trabalho pelo capital. Ele não vê como problema “a origem da mais-valia”, só a sua distribuição. Mas sem resolver bem o problema da “origem” também o da distribuição se torna difícil.

Assim, “para ele é um fato que o valor do produto é maior que o valor dos salários. Como surge este fato não fica claro. A jornada de trabalho total é maior que a parte da jornada requerida para a produção dos salários. Por quê? Não se salienta. A *magnitude da jornada de trabalho total* é, por isso, erroneamente suposta como *fixa*, do que seguem diretamente conseqüências erradas”.¹⁵ Na medida em que não se ocupa da “origem” da mais-valia, Ricardo aceita como “um fato” natural que exista um excedente de valor do produto sobre a parte referente aos salários, ao valor da força de trabalho. Parece assim que a produção é um

¹³ Idem, *ibidem*, p. 403.

¹⁴ Idem, *Das Kapital*, I, p. 539.

¹⁵ Idem, *Theorien über den Mehrwert*, II, p. 408.

problema meramente técnico, natural, de modo que também o é a distribuição do valor de suas partes componentes. Nesse caso, se interessam mais as proporções dos valores a serem distribuídos do que suas magnitudes absolutas, trata-se apenas de supor uma jornada de trabalho de duração fixa para investigar como variam as magnitudes uma em relação à outra. Evidentemente, uma parte só pode aumentar se a outra diminuir, de modo que o único meio de elevar o lucro e incentivar a acumulação de capital é diminuir o salário, medido pelo valor dos meios de vida. Ricardo afirma, portanto, que só quando esse valor cai, devido ao aumento da produtividade dos setores econômicos produtores de meios de vida consumidos pelo trabalhador, principalmente a agricultura, é que pode diminuir o salário real e crescer em proporção inversa o lucro.

Mas essa variação proporcional corresponde exatamente à definição marxiana da mais-valia “relativa”, que é a única forma tematizada por Ricardo. Ao fixar a duração da jornada de trabalho, ele não vê que a mais-valia também pode crescer de forma absoluta, sem que baixe o valor da força de trabalho, simplesmente por se aumentar o tempo de trabalho excedente, prolongando a jornada inteira. Reduzindo seu problema à distribuição, ele se desinteressa pelo montante dos valores, não formulando o conceito da mais-valia “absoluta”, a forma geral da mais-valia para Marx, que revela o caráter de oposição entre capital e força de trabalho. Marx reconhece seu mérito em ter destacado a mais-valia “relativa”, mas reprova que ele só tenha elaborado esse conceito, sem perceber a mais-valia em si mesma, na sua forma geral, “absoluta”. As “conseqüências erradas” advindas dessa confusão referem-se a essa, que obscurece a exploração da força de trabalho pelo capital e também que no capitalismo a produtividade do trabalho decorre da sua subordinação real ao capital e não de processos naturais.

Por tudo isso, o excedente de valor parece não surgir da exploração capitalista, como fica evidente no conceito de mais-valia “absoluta”, e sim de um “fato” independente de qualquer relação social específica, que se expressa imediatamente na forma do lucro. O aumento ou diminuição da proporção entre mais-valia e trabalho pago, que é realmente a taxa de exploração do trabalho pelo capital, aparece travestido de variação entre lucro e salário devido a alterações técnico-naturais da produtividade do trabalho, uma taxa de lucro socialmente neutra na origem, embora não nos resultados distributivos (donde a esquerda ricardiana). Marx conclui sua objeção: “Como ele identifica mais-valia com lucro, ele quer demonstrar conseqüentemente que elevações e quedas da taxa de lucro dependem apenas das condições que fazem a taxa de mais-valia se elevar ou cair”.¹⁶ Resolver as “conseqüências erradas”

¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 378-9.

da falsa identificação de mais-valia e lucro por Ricardo, implicou para Marx, como se sabe, enfrentar o complicado problema da transformação de valores em preços, problema cuja dimensão e profundidade escapam às limitações do presente ensaio. Assim, prosseguindo na linha de pensamento que aqui se desenvolve, a análise do texto citado implica destacar que a diferença entre mais-valia e lucro decorre, para Marx, da diferença entre taxa de mais-valia e taxa de lucro. Ou seja, o excedente é apreendido de maneira diversa conforme ele seja considerado como produto direto da relação social contraditória entre capital e força de trabalho ou como resultado de transformações nas condições da produção, nas quais se leva em conta não só a força de trabalho como os meios de produção em que se materializa o capital. No primeiro caso, só a parte variável do capital é considerada na proporção ao excedente de valor; no último, é o capital total, vale dizer, a soma do capital variável e o capital constante.

Tais conceitos são formulados, no entanto, apenas por Marx e como crítica a Ricardo, que pensava ser necessário eliminar o capital constante (“fixo”, em sua terminologia) da conta do capital social global, já que o capital é sempre “trabalho acumulado”, sendo o capital constante de alguns setores variável para outros. De qualquer maneira, igualadas as duas taxas, as “condições que fazem a taxa de mais-valia se elevar ou cair” se resumem para Ricardo em alterações de salário, uma vez que ele supõe constante a jornada de trabalho. Variações no tempo de trabalho necessário para repor o valor dos salários implicariam, portanto, variações inversas no tempo não-remunerado, isto é, no lucro. Seriam aumentos de salário que diminuiriam o lucro e, com isso, a taxa de lucro. Mas essa relação da mais-valia com o capital variável é a taxa de mais-valia, para Marx, e não a de lucro. Ao confundi-las, Ricardo desconsidera a relação entre a parte variável e a constante do capital, a “composição orgânica” do capital, conceito que se sabe ser tão importante na teoria marxiana, sem o qual não se pode entender a transformação da mais-valia em lucro. Sem ela, não há “transformação” propriamente dita, mas identidade entre as duas formas de expressão do excedente de valor.

Assim, a crítica de Marx a Ricardo prossegue, “[...] onde ele expõe corretamente as leis da mais-valia, ele as falseia, declarando-as *imediatamente* como leis do lucro. Por outro lado, ele pretende expor as leis do lucro *imediatamente* como leis da mais-valia, sem os *termos médios*”.¹⁷ Aqui Marx aponta mais uma vez para a dificuldade de Ricardo na exposição das categorias de sua teoria, observada antes, pois não há dedução de conceitos derivados a partir de conceitos fundamentais – do lucro a partir da mais-valia ou da mais-valia relativa a partir da absoluta. Mais ainda, porém, os “termos médios” que pre-

¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 376.

sidem a “transformação” de mais-valia em lucro se referem aos elementos da “composição orgânica” do capital, isto é, à relação entre o capital constante e o variável. E essa relação, por sua vez, remete às condições técnicas da produção, determinadas não pela natureza simplesmente mas pela forma social com que esta última é dominada, ou seja, à subordinação da própria força de trabalho ao capital. Tal subordinação é exercida pela imposição do meio de produção ao trabalhador e, no limite, pela substituição deste por aquele, configurando uma tendência capitalista em elevar a “composição orgânica” como expressão real da oposição do capital à força de trabalho.

Estão dados, com isso, os elementos componentes do enunciado da conhecida “lei” de tendência à queda da taxa média de lucro, da qual quero aqui destacar um aspecto específico: “A queda tendencial da taxa de lucro é ligada a uma alta tendencial da taxa de mais-valia. [...] Ambas, a alta da taxa de mais-valia e a queda da taxa de lucro, são apenas formas específicas nas quais se expressa de modo capitalista a produtividade crescente do trabalho”.¹⁸ A produtividade do trabalho no capitalismo se eleva, para Marx, com o aumento da “composição orgânica”, isto é, com um emprego cada vez maior de meios de produção em proporção ao trabalho e o correspondente aumento na proporção do valor do capital constante perante o do variável. E como esses dois elementos componentes da “composição orgânica” são os que distinguem a taxa de mais-valia – que leva em conta só o capital variável – da taxa de lucro – que considera também o capital constante –, o aumento da “composição” produz diferentes efeitos sobre cada uma das taxas. Supondo que caia o valor do capital variável e que se mantenha igual o do excedente, a taxa de mais-valia pode subir ao mesmo tempo em que cai a taxa de lucro, se aquelas condições forem acompanhadas pelo aumento do valor do capital constante. Ambas as taxas são, contudo, “apenas formas específicas nas quais se expressa de modo capitalista a produtividade crescente do trabalho”, ou seja, simplesmente expressões diversas do mesmo fenômeno, distintas formas de medi-lo. Mas essa mera diferença das duas medidas se apresenta como oposição, quando elas se movimentam em sentido inverso sob a influência da mesma causa. Assim, o crescimento da “composição orgânica” leva a taxa de mais-valia a subir e a de lucro a cair, rompendo o paralelismo das duas medidas da valorização do capital e colocando-as numa oposição que contradiz o objetivo de valorização e acumulação permanente. Configura-se, com isso, uma crise econômica, definida agora de modo mais complexo e concreto como queda tendencial da taxa de lucro.

Novamente está em jogo uma oposição dialética na estrutura de movimento do capital, mas não mais apenas como possível interrupção no percurso

¹⁸ Idem, *Das Kapital*, III, MEW, v. 25, p. 250.

da circulação de mercadorias, e sim como desvalorização efetiva de capital, necessariamente determinada por sua natureza contraditória. E de nada adianta constatar, como faz Ricardo, que a queda da taxa de lucro pode não significar uma queda na massa do lucro acumulada, de modo que o sistema permaneceria crescendo embora a taxas menores. Pois, “estes dois momentos incluídos no processo de acumulação não devem, porém, ser considerados na calma justaposição em que Ricardo os trata; eles contêm uma contradição, que se manifesta em tendências e fenômenos contraditórios. [...] Estas diferentes influências se fazem valer ou justapostas no espaço ou sucessivamente no tempo; o conflito dos agentes antagônicos alivia-se periodicamente em crises. As crises são sempre apenas violentas soluções momentâneas das contradições existentes, erupções violentas que restabelecem temporariamente o equilíbrio perturbado”.¹⁹ Os “dois momentos incluídos no processo de acumulação”, isto é, a taxa e a massa de lucro, só podem variar independentemente um do outro, para Ricardo, porque ele os concebe como independentes por princípio, meramente “justapostos” mas não profundamente ligados. De acordo com Marx, porém, eles têm um mesmo fundamento no caráter contraditório do capital, contradição que Ricardo recusa, como já vimos, pois as determinações econômicas mais concretas não podem negar as mais abstratas. A massa e a taxa de lucro são para ele os dois termos autônomos de uma equação, cuja possível oposição nunca expressa uma contradição essencial, de modo que eles podem se anular parcial ou totalmente no efeito final. Criticando essa perspectiva, Marx considera os movimentos opostos da massa e da taxa de lucro, ou desta última e da taxa de mais-valia, como manifestações necessárias determinadas por um fundamento contraditório, que se exterioriza em “tendências e fenômenos” também contraditórios. É nesse contexto que ele expõe as conhecidas condições compensatórias à queda tendencial da taxa de lucro, que exercem um efeito em sentido contrário àquela queda, mas que são dialeticamente determinadas pelos mesmos elementos componentes dela. Esse jogo de forças opostas se articula na realidade “influindo” diferentemente em lugares diferentes ou “sucessivamente no tempo”, distinguindo-se umas das outras como fases de um ciclo.

De qualquer modo, o fundamento de que se geram essas influências conflitantes será sempre contraditório, mesmo se no âmbito do fenômeno apareçam somente forças de sentido único. É a recusa desse caráter autonegador do fundamento que impede Ricardo de ver que essas forças decorrem de um mesmo princípio, atribuindo a ele só as que confirmam a tendência à valorização e acumulação, e atribuindo as que negam essa tendência à intervenção de

¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 259.

fatores externos ao sistema econômico. De acordo com Marx, porém, o motivo dessa recusa é mais do que apenas uma questão teórica; tratar-se-ia, antes, de uma intuição profunda, embora não sistematizada, do caráter transitório do capitalismo. Por isso, ele afirma: “os economistas que, como Ricardo, consideravam o modo de produção capitalista como o absoluto sentem aqui que esse modo de produção cria um limite para si mesmo e ligam esse limite, daí, não à produção, mas à natureza”.²⁰

Ricardo também elaborou a sua teoria da queda tendencial da taxa de lucro: a acumulação de capital levaria ao emprego de um contingente cada vez maior de trabalhadores, elevando seus salários e ameaçando os lucros, o que só poderia ser evitado mantendo o salário nominal mas aumentando seu poder de compra mediante o barateamento dos bens consumidos pelos trabalhadores, isto é, alargando a área agrícola cultivada; o problema é que a produtividade do trabalho agrícola depende também dos recursos naturais de solo, irrigação etc., que tendem a piorar com a ampliação da área cultivada para terrenos inferiores, de modo que o barateamento dos meios de vida dos trabalhadores é por eles limitado; os salários tenderiam mesmo a subir, então, comprimindo os lucros e limitando a acumulação de capital da economia como um todo. Não nos enganemos, porém, por esse salutar pessimismo de Ricardo. Seu esquema distributivo, equacionado pela proporção entre salário e lucro, serve apenas de base para a atuação de uma tendência determinada não pelo capital, mas pela natureza, isto é, pelas condições de fertilidade agrícola das áreas para onde avança o cultivo. Para ele, a queda da taxa de lucro não indica uma contradição do capitalismo, mas a mera influência de elementos externos ao sistema.

Toda a nova elaboração teórica de Marx nesse ponto – sua própria “lei” de tendência à queda da taxa de lucro – visa superar esse meio pessimismo, em que o capitalismo é ameaçado pela estagnação, mas é salvo da contradição. Em Marx, o limite da acumulação é determinado pelo desenvolvimento das características internas do próprio capital; o oposto da valorização resulta das condições imanentes desse mesmo fundamento que contraditoriamente se define pela valorização. É possível perceber, com isso, que formular precisamente aquilo que em Ricardo não passava de intuição é um problema que exige redefinir completamente o conceito de capital, fundamento contraditório da economia moderna, com o conseqüente deslocamento e rearticulação de todo o quadro teórico clássico. Dialeticamente definido, o capital pode ser visto como o princípio autonegador do sistema social que ele preside e simultaneamente condena, como o determinante de crises imanentes que revelam

²⁰ Idem, *ibidem*, p. 252.

seus limites relativos e absolutos. Uma tal definição de crise implica, portanto, o novo conteúdo do conceito de capital e, daí, até a exposição categorial que decorre do desenvolvimento desse conteúdo contraditório. A explicação da crise, onipresente nas várias etapas desse desenvolvimento como seu negativo, embora por vezes apenas latente, impõe, desse modo, uma perspectiva dialética e crítica do capitalismo. Assim, a teoria de Marx resgata, finalmente, e em toda a riqueza de suas potencialidades, o elo profundo existente entre crise e crítica, ultrapassando os limites do mero entendimento.

GRESPLAN, Jorge. A crise na crítica à economia política. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n.10, 2000, p. 94-110.

Palavras-chave: Crítica da economia política; Marx; Capitalismo.